

Investimento externo não entra no país desde 1983

2/11/80 — Antônio Teixeira

BRASÍLIA — As votações da semana passada na Constituinte — definição de empresa nacional, reserva da mineração a empresas brasileiras e proibição dos contratos de risco — trouxeram ao primeiro plano a discussão sobre o nacionalismo econômico, as grandes linhas do desenvolvimento do país e suas relações com a economia mundial.

O clima das votações deu a impressão de que o capital estrangeiro estava batendo à porta do cidadão brasileiro. O exame dos fatos, entretanto, pode refratar muitos ardores nacionalistas. Desde 1983, o Brasil não recebe investimentos estrangeiros diretos em volume significativo e, pior, em 1986 a saída de capital superou a entrada em 108 milhões de dólares. Em 1987, houve pequena recuperação e os investimentos líquidos ficaram em 488 milhões de dólares — cifra ridícula se comparada com a dos Estados Unidos, que, no mesmo ano, receberam 27 bilhões de dólares somente do Japão.

Parlamentares de esquerda ou direita e economistas de linhas variadas não discutem a importância do capital estrangeiro para garantir o crescimento de qualquer país. O que se discute é a forma de entrada desses recursos, e aí as opiniões são completamente divergentes.

Parceria — O presidente do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Crodwaldo Pavan — que presidiu a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) quando ela fazia firme oposição à ditadura militar — acha que a absorção de capitais externos é fundamental, desde que esses processo garanta a posição do Brasil como parceiro. Ele afirma que é preciso fortalecer o mercado interno para viabilizar a pesquisa. Cita o exemplo da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica), que teve um faturamento de 624 milhões de dólares em 1986, com investimento de 30 milhões em pesquisa e desenvolvimento e já exportou mais de 3.500 aviões.

De acordo com o ex-presidente da Embraer e presidente da Petrobrás, Ozires Silva, a empresa só consegue exportar porque: tra-



Roberto Campos



Luciano Coutinho

alha com tecnologia própria (o licenciador não permitiria a competição com o licenciado); o mercado interno foi o suporte para a exportação (a Embraer cresceu com base nas encomendas da FAB); fez o que o Brasil precisava (os modelos necessários para o tipo de aviação nacional); e projetou um produto diferenciado (hoje existem mais aviões Bandeirantes nos Estados Unidos do que no Brasil).

Obscurantismo — Para o senador Roberto Campos, ministro do Planejamento do governo Castello Branco, a nova Constituição agrava o atraso da indústria brasileira, pois volta 50 anos para trás, para o período do nacionalismo e do centralismo. "Foi criado o nacional-obscurantismo e o Brasil tolera o capital estrangeiro como um mal necessário", define.

O economista Luciano Coutinho, secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, acha que essa posição é um excesso de zelo em relação ao capital estrangeiro. "O novo texto apenas torna constitucional a Lei 4.131, que regula o capital estrangeiro, em vigor desde 1960, e que ninguém pensava em revogar", explica, ao se referir à definição de empresa nacional dada pela Constituinte.

Para um economista que ocupa alto cargo em Brasília e prefere não se identificar, a questão é outra: o capital estrangeiro voltará ao Brasil se o governo resolver a crise fiscal e financeira e criar uma política industrial coerente para garantir o mercado interno.

E aí está o maior ponto de divergência entre nacionalistas declarados, como o senador Severo Gomes, e os internacionalistas como Roberto Campos. Os primeiros acreditam que o capital estrangeiro tem que ser estimulado para as áreas convencionais e onde a empresa nacional já é competitiva, reservando-se a fronteira tecnológica — informática e biotecnologia, por exemplo — para as associações de capital estrangeiro e nacional. Campos defende a abertura total ao capital externo, pois acredita que os empregados na empresa estrangeira podem aprender trabalhando nela.

Springer reage com indignação

SÃO PAULO — A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a mais influente entidade empresarial do país, ainda não tem posição firmada sobre a onda nacionalista que se abateu sobre os constituintes na votação das questões incluídas na Ordem Econômica. Mas o presidente da entidade, Mário Amato, não se furta a demonstrar sua indignação: "Trata-se de um nacionalismo tacanho e vesgo".

Embora se esforce para dizer que continua confiando "nas boas intenções dos constituintes", Amato, sócio majoritário, entre outras indústrias, da Springer e da National do Brasil — uma associação com o grupo japonês do mesmo nome — não se conforma com que, no seu entender, desprezam a tecnologia e os recursos financeiros dos grupos internacionais.

"Logo agora, que até países socialistas como a União Soviética e a China procuram atrair formas de investimentos estrangeiros, o Brasil procura caminhar em sentido oposto", espanta-se. O pior, na sua opinião, é que certas decisões, agora alardeadas como definitivas, poderão ser modificadas com as emendas supressivas ou mesmo por meio das leis ordinárias, "mantendo o mesmo clima de incerteza que atazana há meses a vida dos empresários e de outros setores da sociedade."

Segundo o presidente da FIESP, a classe empresarial deseja que as decisões sejam tomadas rapidamente. "Queremos solução já, ainda que não seja a melhor, pois o importante é fazer com que a economia nacional volte a deslanchar, para que seja possível investir e criar mais empregos, de forma a melhorar as condições sociais de cada cidadão".

Para Amato, "é evidente que a Constituição que se faz em Brasília tem tudo para se tornar letra morta, porque será praticamente impossível cumprir todas as suas determinações, em particular as não coerentes com os novos tempos de economia mundial".

Ele cita o exemplo da Constituição de Portugal, elaborada em 1974, na época da Revolução dos Cravos, com um teor basicamente nacionalista. "De certa forma, a constituição agora descansa em uma gaveta, enquanto os portugueses, incluindo o seu governo, decidiram trabalhar e progredir. E eles estão fazendo isso com muita ajuda dos investidores estrangeiros", observa o presidente da FIESP.

20/8/86 — José Carlos Brasil



Amato: clima de incerteza



Broughton: decisão sobre combustíveis foi sensata

Shell vê país na contramão

O Brasil está na contramão. É a opinião de Robert Broughton, presidente da Shell do Brasil, a multinacional com maior receita operacional, ao analisar o texto relativo à Ordem Econômica aprovado pela Constituinte nos últimos dias, privilegiando as empresas nacionais. Broughton ressaltou que um país com 140 milhões de habitantes que representa a oitava economia do mundo sempre será atraente para os investidores estrangeiros, que no entanto estão igualmente sempre atentos a outras alternativas, isto é, países que ofereçam melhores condições para seus investimentos. A Shell é a maior empresa multinacional operando no país no setor de distribuição de combustíveis, sendo responsável por investimentos da ordem de 1 bilhão 200 milhões de dólares.

A empresa viu com bons olhos o fato de a questão da distribuição de combustíveis ter ficado de fora do texto constitucional. "Parece que voltou o bom senso. Isso refletiu o que queríamos" comentou o presidente da Shell. Sobre a diferenciação entre o que é empresa de capital nacional e empresa brasileira, Broughton acha que, a curto prazo, não haverá efeitos que prejudiquem os interesses das multinacionais: "Isso vai depender do uso posterior desse dispositivo." De qualquer maneira, ele entende que a tendência nacionalizante da maioria da Constituinte produz efeitos negativos imediatos no exterior e dá a impressão "de um país que quer progredir fechando as portas à competência e à concorrência internacional".

— Parece que o Brasil está na

contramão, num momento em que outros países estão abrindo as portas ao capital internacional. Todas as multinacionais têm alternativas para investimentos, e posso citar como exemplos de países que os estão aceitando o Chile, na América do Sul, que está crescendo 10% ao ano, e quase todos do Extremo Oriente. Incluindo a União Soviética e a China, de economias centralizadas.

Sobre o fim dos contratos de risco para prospecção de petróleo — ficaram ressaltados os já firmados, até o prazo determinado em cada um —, o presidente da Shell disse que lamentou muito. A empresa explora um poço em Manaus, onde investe 15 milhões de dólares ao ano, e tem um contrato de investimento de 200 milhões de dólares na plataforma de Merluza, no alto mar (região paulista de Santos), em fase de desenvolvimento. "Nós lamentamos porque o Brasil está excluindo um apoio que poderia receber numa atividade de alto risco. Nós estávamos, inclusive, na mesma posição da Petrobrás, que defendeu a continuidade dos contratos."

Quanto à nacionalização do setor mineral, Broughton disse que não produz efeitos significativos contrários aos interesses da Shell. "Não temos participação majoritária em nenhuma exploração de minério." Ela acha, no entanto, que o Brasil será penalizado. "Em dois sentidos; um porque a impressão que isso causa lá fora é negativa, outra porque diminuirão os investimentos na exploração de minerais, área em que o capital brasileiro tem sido bastante reticente, pois requer muito dinheiro e traz muitos riscos."

Samitri condena o protecionismo

SÃO PAULO — Com o argumento de que agem em defesa da população brasileira, centenas de constituintes aprovaram um texto que nacionaliza as jazidas e reservas minerais. Esqueceram-se, contudo, de que tal decisão apenas cria mais uma reserva de mercado, um tipo de proteção que abriga sob o mesmo teto os empresários capazes e os incompetentes.

Esse é o pensamento do empresário Ciro Cunha Melo, presidente da Samitri, uma das principais exportadoras de minério de ferro do setor privado, com sede em Belo Horizonte. Para ele, o nacionalismo exacerbado dos constituintes poderá condenar grande parte do povo brasileiro a ganhar salários eternamente baixos e trabalhar nas piores condições.

"Até mesmo um líder trabalhista, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros, declarou recentemente que convocaria uma greve geral para evitar a saída das empresas estrangeiras do Brasil. Como pode então a Constituinte ignorar até mesmo os interesses dos trabalhadores?", pergunta.

Ciro Melo considera a Samitri uma companhia genuinamente nacional, embora ela tenha participação de 25% de capitais belgas, através da Sidarfin. Essa associação garante à empresa um volume de exportações de 2 milhões de toneladas por ano. A Samitri também controla a Samarco, outra mineradora de ferro, com uma participação importante (49%) de um sócio estrangeiro, a UTAH/BHP, da Austrália.

Do ponto de vista econômico, esse empreendimento foi sem dúvida vantajoso para a Samitri e o país, acredita o empresário, pois seu investimento total, no valor de 600 milhões de dólares, dividiu-se com o sócio estrangeiro, que entrou com 300 milhões de dólares. Além do dinheiro, a UTAH/BHP trouxe tecnologia que permite à Samarco explorar com vantagens uma reserva de carvão, em Minas Gerais, com baixo teor de ferro.

Ciro Melo cita tais exemplos para mostrar que "o xenofobismo que vem norteando o comportamento dos constituintes, sob a orientação de pessoas que não entendem do assunto (mineração), será altamente nocivo aos interesses do país".

Philco-Hitachi critica políticos

MANAUS — A Constituinte foi duramente criticada sexta-feira, na inauguração da nova fábrica da Philco em Manaus, tanto pelo representante da empresa no Brasil como pelos sócios japoneses da Hitachi. Para Edward Launberg, presidente da Philco, os constituintes estão prestando um desserviço ao país. O diretor geral da Hitachi, Makoto Suzuki, disse que o Brasil já enfrenta uma crise econômica e não há por que os políticos colocarem barreiras ao capital externo.

"O Brasil precisa crescer e para isso necessita de investimentos. Se ficarmos colocando barreiras para a vinda do capital estrangeiro, vamos caminhar em sentido contrário ao desenvolvimento mundial", afirmou Launberg. Mesmo que o país tivesse recursos para crescer sozinho, observou o presidente da Philco, o fechamento da economia seria um anacronismo.

Maria Luiza Abott (Brasília), Marco Antônio Antunes (São Paulo), Fátima Turci (Manaus), Patrícia Nolasco (Rio)